

## Maura Soares

---

**De:** Duarte MCP. Pimentel <Duarte.MC.Pimentel@azores.gov.pt>  
**Enviado:** 4 de novembro de 2021 12:04  
**Para:** arquivo  
**Cc:** Roberto Vieira  
**Assunto:** FW: Correção ao parecer da AICOPA sobre a anteproposta do plano e orçamento para 2022  
**Anexos:** ANTEPROPOSTA DE PLANO E ORÇAMENTO DO GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES 2022\_V2.pdf

**Importância:** Alta

Exmo. Senhor Chefe de Gabinete de  
Sua Excelência o Presidente da Assembleia  
Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Encarrega-me o Senhor Subsecretário Regional da Presidência de remeter a V.exas. o parecer da AICOPA – corrigido – pelo que se solicita a substituição do anterior documento pelo que agora segue em anexo.  
Os fundamentos da correção agora comunicada estão expressos no email infra da AICOPA.

At.º

Cumprimentos,

Duarte Pimentel

Chefe de Gabinete  
Head of the Office

GABINETE DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Cabinet of the Regional Undersecretary of the Presidency



**GOVERNO  
DOS AÇORES**

---

Rua Conselheiro Dr. Luís Bettencourt nº 16  
9500-058 Ponta Delgada, São Miguel - Açores



(+351) 296 204 700 - VOIP 200 781



[srp@azores.gov.pt](mailto:srp@azores.gov.pt)



[Portal do Governo](#)



Proteja o ambiente! Não imprima este e-mail!

---

**De:** AICOPA <[aicopa@aicopa.pt](mailto:aicopa@aicopa.pt)>

**Enviada:** 4 de novembro de 2021 09:18

**Para:** Ana MP. Carvalho <[Ana.MP.Carvalho@azores.gov.pt](mailto:Ana.MP.Carvalho@azores.gov.pt)>

**Assunto:** Correção ao parecer da AICOPA sobre a anteproposta do plano e orçamento para 2022

**Importância:** Alta

Exma Senhora  
Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações  
Eng<sup>a</sup> Ana Carvalho

A AICOPA gostaria de proceder à correção de um parágrafo do seu parecer sobre a Anteproposta de Plano e Orçamento para 2022, uma vez que considerou, erradamente, que a concentração de todo o processo de contratação pública na SROPC se teria operado no primeiro semestre do ano, e por tal facto, se assumiu, também erroneamente, que constituiria uma causa da diminuta taxa de execução do orçamento para 2021 no que às obras públicas respeita, o que não se verificou na realidade, uma vez que a concentração do processo de contratação pública na SROPC se operou apenas no segundo semestre.

Assim, gostaríamos apenas de chamar a atenção para que esta realidade, que a AICOPA defende e sempre defendeu, não se transforme num constrangimento ao processo de contratação pública no futuro, pugnando pelo reforço dos meios da SROPC na agilização desta reforma.

Neste sentido, junto se envia o parecer com a alteração acima descrita, o qual deve de novo ser remetido a quem de direito.

Com os melhores cumprimentos,

A AICOPA



Associação dos Industriais de  
Construção Civil e Obras Públicas  
dos Açores

Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores  
Rua Eng<sup>o</sup> José Cordeiro, n.º 38 – 1º  
9500-296 Ponta Delgada  
Tel.: 296 284 733

E-mail: [aicopa@aicopa.pt](mailto:aicopa@aicopa.pt)  
Internet: [www.aicopa.pt](http://www.aicopa.pt)



## **ANTEPROPOSTA DE PLANO E ORÇAMENTO DO GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES 2022**

### **PARECER**

#### **I – Enquadramento**

É sabido que o setor da construção civil contribui em larga medida para a criação de postos de trabalho e riqueza na RA, empregando cerca de 7.400 (dados de junho) trabalhadores na Região e contribuindo para a economia com um valor acrescentado bruto só no setor da construção de 156,4ME e acrescentado a atividade conexas do imobiliário, que representa 506,8ME, representa um ramo de atividade económica que gera um VAB de 663,2ME (dados provisórios de 2019).

Acresce que, comparando com os restantes ramos da atividade económica apenas é suplantado pelos setores do comércio, transportes, alojamento e restauração e pela Administração de Serviços Públicos. Percentualmente e na totalidade do VAB gerado pela Região, o setor da construção e imobiliário representam a realidade de 17,16%, não sendo de todo despicienda a sua importância.

Em face do exposto, os empresários do setor esperam que o investimento em obras públicas por parte do executivo regional continue a registar um crescendo e a permitir que o setor continue a contribuir em força para o crescimento sustentado da economia regional, gerando e distribuindo riqueza, contribuindo para manter e aumentar o nível de emprego.

#### **II – Análise da Anteproposta do Plano de Investimentos**

Da análise atenta e cuidada da anteproposta constante do documento enviado aos parceiros sociais verificamos que continua a registar-se um aumento tímido do investimento público, em linha com a conjuntura atual vivida, que se prende com a crise pandémica, no entanto, o momento atual exige um forte estímulo sobre a economia na forma racional e dirigido aos setores que mais contribuem para a sustentabilidade da Região.

A AICOPA congratula-se com o esforço do Governo Regional neste plano regional que se traduz num aumento de aproximadamente 3,5% face ao ano anterior, que traduz um investimento interessante e desafiante para o setor cujos interesses lhe compete defender.

Ainda assim, tão importante quanto prever o nível de investimento será a respetiva taxa de execução. Analisando o relatório da execução financeira do primeiro semestre do corrente ano, verifica-se que o nível de execução se situou nos 29,3%, muito aquém do que seria desejável e mesmo extrapolando para o segundo semestre, muito dificilmente se atingirá um valor satisfatório.

**Um dos fatores que poderá vir a contribuir para esta dificuldade de execução no que concerne às obras públicas, será a concentração na Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações, de todo o processo de contratação pública, por se tratar de uma reformulação total do processo de contratação pública nos Açores. Esta centralização sempre foi um objetivo defendido pela AICOPA e continua a merecer o nosso apoio, contudo, face às exigências atuais é urgente que as entidades públicas envolvidas sejam capazes de encontrar a melhor articulação possível e agilizar todo o processo, sob pena de provocar constrangimentos ao nível de prazo, no lançamento e consequentemente, na execução do plano. Neste sentido, a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações deve ser dotada dos meios considerados necessários e imprescindíveis à implementação desta reformulação.**

Por outro lado, é preciso não olvidar que o setor da construção e do imobiliário se deparam com um conjunto de desafios alargados, alguns regionais, outros nacionais e internacionais, que nos cumpre elencar e que são os seguintes:

- i) Deve ser dada especial atenção à formação dos preços base dos procedimentos concursais, os quais devem estar em linha com os preços mais atuais do mercado, e ajustados aos projetos a desenvolver, no sentido de evitar a deserção dos respetivos procedimentos de contratação pública, o que ocasiona atrasos na execução do plano;
- ii) Tratando-se o plano de um instrumento anual, deve ser efetuada uma coordenação rigorosa entre a entidade que lança os procedimentos e as entidades que promovem os mesmos, de modo a permitir, numa altura em que os recursos são escassos, a devida repartição temporal, quer da capacidade de elaboração de propostas por parte das empresas candidatas, quer da capacidade de execução por parte das empresas adjudicatárias;
- iii) A escalada a que temos assistido do preço das matérias primas e a escassez das mesmas nos mercados tem um forte impacto na formação dos preços e na previsibilidade dos mesmos, o que se repercute no preço da proposta e sua rápida desadequação após adjudicação, sendo que, o mecanismo da revisão de preços não é suficiente para colmatar as diferenças que se têm verificado, com impacto nos custos de produção e no cumprimento dos prazos previstos;
- iv) A falta de resposta do mercado de emprego regional às necessidades de mão de obra do setor (do trabalhador menos qualificado ao trabalhador mais

qualificado) põe em risco a capacidade de cumprimento dos compromissos assumidos, levando até a que algumas empresas do setor optem por não concorrer, por forma a não colocar em risco os compromissos já assumidos, pelo que, urge resolver este problema, quer através da devolução ao mercado laboral de recursos humanos beneficiários de programas ocupacionais, quer através da alteração da política de concessão de apoios sociais;

- v) O crescimento do trabalho não declarado é uma realidade que merece a atenção das entidades com responsabilidade inspetiva, uma vez que se trata de mão de obra não protegida que deve ser integrada no mercado de trabalho e que contribui para a distorção da leal e sã concorrência que deve existir no mercado;
- vi) A contratação de mão de obra no exterior das fronteiras nacionais surge como uma das soluções viáveis para colmatar a escassez registada no mercado nacional e regional, contudo, será necessário promover a alteração da política de concessão de vistos de trabalho, os quais atualmente, demoram cerca de 4 a 6 meses a ser atribuídos, o que não se compadece com a necessidade urgente de recursos humanos por parte do setor.

A AICOPA regista com agrado a inclusão na anteproposta de plano para 2022 de ações destinadas à transição digital, à descarbonização, ao combate às alterações climáticas, assim como com a preocupação manifestada em preservar a identidade paisagística da RAA e com a preservação do património edificado construído.

Não podemos, no entanto, deixar de alertar para os níveis de endividamento da RAA que se têm vindo a registar todos os anos, tendo a dívida pública regional vindo a aumentar anualmente.

### **III – Conclusão**

Em face do acima exposto, a AICOPA considera a anteproposta de plano para 2022 ambiciosa e desafiante, nutrindo muitas reservas em relação à capacidade da respetiva execução por parte das entidades públicas, atendendo ao histórico registado no ano de 2021 e às contingências do mercado regional, nacional e internacional no que respeita ao setor da construção civil e à capacidade deste executivo de resolução de algumas dessas contingências.

Chama-se a atenção para o facto do problema da diminuição das receitas próprias ser colmatado neste plano e orçamento por transferências de fundos comunitários e por contração de dívida. Ora, é sabido que as transferências dos fundos comunitários apenas se efetivarão caso o investimento previsto seja executado, o que, dados os constrangimentos acima apontados e que afetam diretamente o setor da construção bem como outros, nos leva a concluir que, sem a resolução daqueles, poderá verificar-se um desequilíbrio entre as receitas e as despesas, desequilíbrio esse com

efeitos nefastos nas contas públicas regionais, com todos os impactos que daí advêm ao nível da dívida e do investimento públicos.

A AICOPA, apesar de apresentar reservas em relação à capacidade de execução deste plano e orçamento, espera que o Governo Regional consiga executar plenamente os objetivos que se propõe, mostrando-se desde já disponível para colaborar nesse sentido a bem do desenvolvimento económico sustentável dos Açores.

Ponta Delgada, 21 de Outubro de 2021

A Direção,

Alexandra Bragança

Pedro Marques

Francisco Morais

José Pacheco

João Vieira